



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

"Certo que a Administração, em tema de licitação, está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei n. 8.666/93, art. 41), e, especialmente, ao princípio da legalidade estrita, não deve, contudo (em homenagem ao princípio da razoabilidade), prestigiar de forma tão exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público que, no caso, afere-se pela proposta mais vantajosa" (TRF 1a. Região, Sexta Turma, Rel. Juiz Daniel Paes Ribeiro, DJ de 19.04.02)

Pregão Presencial nº 44/2022

Processo nº 14095/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Vigilância Patrimonial Desarmada

GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.175.026/0001-88, estabelecida na Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22730-065, neste ato representada por seu sócio administrador Felipe Gomes Vilaça, inscrito no CPF sob o nº 101.084,197-11, vem, nos termos do inciso XVIII, art. 4º, da Lei nº10.520/02, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA PREGOEIRA, conforme razões em anexo.

Requer, ainda, seja recebido o presente recurso no seu efeito suspensivo, e que haja juízo de retratação por parte da pregoeira, considerando a empresa GOLDEN RIO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA habilitada. Não havendo retratação, seja o recurso remetido à Autoridade Superior, para o devido julgamento, nos termos da legislação aplicável à espécie.

N. Termos,

P. Deferimento.

Maricá/RJ, 24 de janeiro de 2023


GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

RAZÕES DO RECURSO ILUSTRE PREGOEIRA, DIGNÍSSIMA AUTORIDADE SUPERIOR

I – DA DECISÃO RECORRIDA:

Em Sessão presencial realizada no dia 19 de janeiro do corrente ano, a recorrente foi considerada inabilitada por não atender os requisitos exigidos para qualificação econômico-financeira, a saber: “o balanço apresentado não atingiu aos requisitos estabelecidos pelo instrumento convocatório, especificamente quanto ao índice de liquidez geral, o mesmo foi apresentado com resultado de 1,0221, no entanto ao verificar os cálculos chegou-se ao valor de 0,7848. Já a comprovação do capital de giro, solicitada no item B.3, a empresa não comprovou ter capital de giro que suporte a operação, ou seja, o ativo circulante é menor que o passivo circulante e, ainda, não foi possível aferir os 10% do patrimônio líquido uma vez que o mesmo se encontra negativo, motivo pelo qual a empresa foi inabilitada”.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Na forma do inciso XVIII, do art. 4º, da Lei nº10.520/02, considerando que a decisão ora recorrida foi proferida no dia 19/01/2023, conforme descrito da respectiva ata, o presente recurso encontra-se plenamente tempestivo, devendo ser admitido.

III – DAS RAZÕES PARA A REFORMA DA DECISÃO

Respondendo ao chamamento do EDITAL DE LICITAÇÃO DESTE PREGÃO PRESENCIAL Nº44/2022, a recorrente veio dele participar e, na fase de lances, apresentou o menor preço, como prevê o edital, sendo desta forma considerada a sua proposta a mais vantajosa para a administração.

Ocorre que na fase da análise da documentação relativa a qualificação econômico-financeira para fins de habilitação, a recorrente foi considerada inabilitada, pelos motivos supramencionados. No entanto, embora a decisão, inicialmente afigura-se acertada, tem como fundamento uma premissa equivocada, qual seja, por erro material do responsável por reunir a documentação necessária à satisfação das exigências para exame das condições de habilitação, levado, por certo, pelo fato de que o certame, em um primeiro momento seria realizado no ano de 2022, mas só ocorreu no ano de 2023, anexou o balanço patrimonial correspondente ao exercício social de 2021, cujos índices, segundo avaliação da equipe de apoio da i. Comissão de Licitação, não atendem aos índices exigidos no edital, gerando a inabilitação, quando, se o fizesse relativamente ao exercício social do ano de 2022, veria que os valores atendem o índice de liquidez exigido no documento convocatório, comprovando a plena capacidade de executar o contrato mas, ressalte-se, por erro material não foi enviado junto dos demais documentos.



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

De acordo com o site portaldecontabilidade.com.br, o Código Civil (CC/2002) prevê em seu *artigo 1.179* que o empresário e a sociedade empresária deverão elaborar Balanço Patrimonial (BP) anualmente, porém, não fixou data para início ou término do exercício social:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Portanto, temos que o exercício social das entidades poderá ser coincidente com o ano civil, ou seja, de 01 de janeiro à 31 de dezembro de cada ano;

Esse período está estabelecido em lei. Na prática, o art. 175 da Lei Nº 6.404/76 ou Lei das Sociedades Anônimas (S.A) diz que o **Exercício Social terá a duração de 1 ano (12 meses)**.

Logo, como o certame está sendo realizado no ano exercício 2023 e o edital dispõe que o balanço a ser apresentado será “do último exercício social”, conforme item B, considera-se perfeitamente factível que a empresa tenha optado por considerar o seu exercício social coincidente com o ano civil e, demonstrando a verdade da atual situação econômico-financeira, através do balanço do ano de 2022, estando apta a suportar a execução do contrato.

O presente lapso pode ser sanado por meio de diligência objetivando a correção do documento, quer seja mediante apresentação do devido balanço correspondente ao exercício de 2022, pela recorrente, conforme cópias em anexo, quer seja por consulta promovida pela equipe de apoio da Pregoeira.

A doutrina e a jurisprudência entendem que erros materiais são sanáveis no âmbito do processo licitatório, sobretudo em função do princípio da economicidade e do privilégio à proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O apelo ao formalismo como justificativa para a inabilitação da recorrente por considerar que esta não atendeu ao disposto no edital, caracteriza um excesso amplamente debatido e condenado, devendo-se prestigiar o poder de diligência que se legitima quando fundamentado no alcance do interesse público e pela busca da proposta mais vantajosa, o que se observa no certame em questão.

Apoiando-nos em alguns pareceres firmados por setores técnicos de Tribunais de Contas, trazemos à colação, em especial, entendimento firmado pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no bojo do processo TCMRJ 040/100724/2020: “Contudo, ao encaminhar a documentação referente à qualificação econômico-financeira, apresentou o Balanço Patrimonial 2018 e, muito embora tal documento não fosse exigido no edital, anexou também uma folha demonstrativa de cálculo, apontando o cumprimento dos índices de liquidez e solvabilidade exigidos no edital. Ocorre que as equações apresentadas pela licitante (Peça 009), apesar de denotarem a sua qualificação econômico-



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

financeira, não se coadunam com os valores-base apresentados no balanço apresentado (2018). Tal fato não passou despercebido pelo i. Pregoeiro, que imediatamente instou a recorrente acerca dessa questão, sobretudo porque aplicando-se as fórmulas no balanço de 2018 verificara-se que não alcançara os índices mínimos exigidos. Neste passo declara a recorrente que anexou o arquivo com o balanço patrimonial errado (2018), sendo certo que o correto seria o de 2019, de onde aliás extraiu os dados para o documento de Peça 009. Tendo em vista a situação acima exposta, o Pregoeiro optou por sumariamente inabilitar a recorrente, eis que o balanço apresentado não comprovava a boa situação financeira exigida nas regras do certame, e convocar a licitante 2ª colocada que, por sua vez, restou habilitada, porém com um preço ligeiramente superior ao preço que praticaria a recorrente. Aí está o imbróglio formado e que a partir de agora nos propomos a solucionar. O simples exame dos fatos, somado à manifestação de Peça 016, nos leva a crer que o pregoeiro se curvou estritamente ao cumprimento das regras do edital, fulcrando sua ação no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, assim como recusou-se a diligenciar na medida em que juntar o novo balanço (2019) ofenderia o disposto no art. 43, §3º in fine. Data maxima venia, errou o Pregoeiro, mormente porque o documento de Peça 009 denota, em princípio, recorrente anexou o balanço de 2018 equivocadamente, se nos afigurando nessa hipótese perfeitamente possível a adoção de diligência para complementação da instrução, adotando-se os princípios do formalismo moderado, da eficiência e da economicidade como fundamento. Tal qual se extrai das razões recursais, das contrarrazões e da manifestação do pregoeiro, o que temos nesse processo é um aparente conflito entre princípios norteadores das Licitações. Se de um lado temos os princípios constitucionais da eficiência (art. 37 CRFB) e economicidade (art. 70 CRFB) que são estruturadores do objetivo da licitação que é a busca da proposta mais vantajosa (art. 3º da Lei nº 8.666/93), de outro temos a isonomia (art. 5º da CRFB, art. 3º da Lei nº 8.666/93), que se encontra garantida entre outros princípios pela vinculação ao instrumento convocatório. Se é verdade que em tema de licitação a Administração está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital (Lei nº 8.666/93, art. 416), e, especialmente, ao princípio da legalidade, também é igualmente verdadeiro que a licitação não é um fim em si mesma, isto é, ela está a serviço da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, devendo todas as suas formalidades serem cotejadas com essa finalidade (formalismo moderado), sob pena de, superestimando a forma, termos uma contratação que não é a mais eficiente, econômica e vantajosa (formalismo exagerado). Tomem-se as lições de Lucas Rocha furtado7, “in verbis”: “É certo que se o instrumento convocatório de uma licitação impõe determinado requisito, deve-se reputar relevante tal exigência. Esse rigor não pode ser aplicado, no entanto, de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação (proposta mais vantajosa e isonomia). A respeito desse assunto, o Tribunal de Contas da União manifestou-se nos seguintes termos: (...) o rigor formal não pode ser exagerado ou absoluto. Como adverte o já citado mestre Hely Lopes Meirelles, o princípio do procedimento formal não significa que a administração deva ser formalista a ponto 6 Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e Contratos Administrativos*. 4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012”



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

A inabilitação da requerente sem que lhe seja dado o direito de complementar os documentos apresentados, representa um excessivo apego à forma em prejuízo da finalidade, sobretudo por ser tratar da proposta mais vantajosa para a administração. Um mero descuido na apresentação da documentação e a sua perfeita correção, não altera substancialmente a situação jurídica da empresa acerca da possibilidade de executar o contrato. O documento a ser apresentado ou a comprovação dos seus dados através de diligência da i. Comissão, irá trazer aos autos provas sobre a realidade de uma situação que já existe à época da licitação, e não modificar a situação jurídica da empresa, ou seja, não se trata de uma alteração substancial. O acolhimento do pedido de diligência ou de recebimento do documento correto, não caracteriza violação do princípio da isonomia ou de vinculação ao instrumento convocatório, mas uma providência que atenderia os interesses da administração em contratar a proposta que represente maior economia para o erário. Não se está alterando o status quo a posteriori, apenas confirmando a realidade acerca da habilitação econômico-financeira da recorrente.

Sobre esse procedimento trazemos as lições do mestre Marçal Justen Filho: “deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda quando não seja adotada a estrita regulação imposta originariamente na lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação”. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7ª ed. São Paulo: Dialética, 2010.

Em reforço a afirmativa acima, leia-se a decisão da quinta Câmara Cível do TJRJ, abaixo transcrita: “AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DECISÃO QUE MANTEVE A EXCLUSÃO DO AGRAVANTE NO PROCESSO LICITATÓRIO. REFORMA QUE SE IMPÕE. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO E DE PERDA DO OBJETO REJEITADAS. DISTINGUISHING DA SÚMULA 151 DO TJRJ. Inaplicabilidade do entendimento sumulado 151 do TJRJ, editado para sanar as controvérsias acerca de questões voltadas a concurso público de sociedade de economia mista federal. Competência da Justiça Estadual. Agravo de instrumento da decisão que indeferiu a liminar na qual o Agravante se insurge da decisão que a desabilitou para participar de certame licitatório, sob o fundamento de que os documentos de habilitação não preencheram os requisitos previstos no edital. Reforma que se impõe. Documentação acostada que demonstra que o licitante apresentou os documentos necessários para participar da referida licitação. Afigura-se irrazoável, no momento, a eliminação do Agravante, repudiando-se o formalismo excessivo nas licitações a despeito da necessária vinculação ao instrumento convocatório. A licitação não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas em um procedimento que tem por finalidade a consecução de determinados objetivos, de modo que toda e qualquer decisão deve, necessariamente, ser pautada pela análise da adequação entre meios e fins. Presença do fumus boni iuris e periculum in mora. Por fim, saliente-se que a jurisprudência do Eg. STJ já se manifestou no sentido de que a superveniente homologação/adjudicação do objeto licitado não implica a perda do interesse processual na ação em que se alegam nulidades no procedimento



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

licitatório, aptas a obstar a própria homologação/ adjudicação. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (0082154-12.2019.8.19.0000 – Agravo de Instrumento - Julgamento 17/03/2020).

Não querendo esgotar a matéria ou cansar o ilustre julgador, mas apenas para demonstrar o acerto dos argumentos ora apresentado, vejamos o entendimento do TCU, abaixo reproduzido: GRUPO II – CLASSE VII – Plenário TC 021.087/2017-2 24. Ainda nessa esteira, a jurisprudência desta Casa vem decidindo, reiteradamente, no sentido de defender a promoção de diligência como forma de confirmar o atendimento, pela licitante, dos requisitos exigidos pela lei ou pelo edital, bem como para averiguar o conteúdo dos documentos por ela apresentados, não cabendo a inabilitação em razão de ausência de informações que possam ser supridas dessa forma, desde que não resulte inserção de documento novo ou afronta à isonomia entre os participantes (Acórdãos do Plenário 2.873/2014, Ministro Relator Augusto Sherman; 3.418/2014, Ministro Relator Marcos Bemquerer; 1.924/2011, Ministro Relator Raimundo Carreiro; 747/2011, Ministro Relator André de Carvalho; 1.170/2013, Ministra Relatora Ana Arraes; 2.873/2014, Ministro Relator Augusto Sherman; 918/2014, Ministro Relator Aroldo Cedraz; 3.014/2016, Ministro Relator Raimundo Carreiro; 113/2015, Ministro Relator Augusto Sherman; dentre outros). 25. Ademais, o instituto da diligência está amparado no § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 que dispõe: 'É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta'. 26. À luz desse dispositivo, é permitido à Administração solicitar maiores informações a respeito da documentação apresentada, quando esta, por si só, não for suficiente para comprovar o atendimento das condições fixadas no edital. A propósito, nada obsta que, nesta etapa de diligência, sejam juntados outros documentos que esclareçam ou complementem as informações constantes daqueles apresentados originariamente pela licitante. Portanto, em suma e em conclusão, impõe-se uma leitura do edital à luz dos princípios da razoabilidade e da economicidade, uma vez que a busca pela proposta mais vantajosa não pode sucumbir ao excesso de forma" (extraído do sítio da internet <https://sollicita.com.br/Noticia>)

Ainda neste diapasão, mesmo que se considerasse a juntada no balanço patrimonial correto, um novo documento, isso seria uma mera formalidade para certificar uma situação pré-existente à licitação. No mundo dos fatos não há questionamento sobre o capacidade da empresa de executar o contrato.

Em consulta ao site <https://sollicita.com.br/Noticia>, encontramos decisões emitidas pelo Tribunal de Contas da União para cancelar a postura de agentes de contratação que permitiram a juntada de documentos novos, como se observa por exemplo do Acórdão 1211/2021 – Plenário, que é paradigma sobre o assunto:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Do voto do Ministro Walton Alencar, que foi o relator do feito, pode-se perceber que ele inclusive apontou sobre a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si

Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). (grifo nosso)

LICITAÇÃO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. AUSÊNCIA DE MERA FORMALIDADE. VÍCIO FORMAL SANÁVEL. EXCESSO DE RIGOR. VIOLAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA. REMESSA IMPROCEDENTE. 1. É desarrazoado que um equívoco formal, que não compromete o processo licitatório, seja causa de inabilitação de uma licitante. 2.O processo de licitação é baseado na rígida observância de seus regramentos, mas não podemos nos esquecer de que o objetivo do referido processo é garantir que a Administração adquira bens e serviços de acordo com a proposta mais vantajosa e conveniente, portanto, quanto maior o número de licitantes aptos a prestar o serviço, melhor será para a Administração, e assim sendo, a inabilitação de participante pela ausência de singela formalidade passível de emenda/sanável, que em nada altera o conteúdo da proposta, caracteriza -se ato abusivo praticado pela Administração, uma vez que excessivamente rigorosa 3. Reexame necessário improcedente. (TJ-AC – Remessa Necessária 07116852920188010001, 2ª Câmara Cível, Relatora: Waldirene Cordeiro, DJe: 24/06/2019)."

E ainda nessa esteira de entendimento.

Mesmo que *ad argumentandum*, quisesse a ilustre Pregoeira lastrear sua decisão de não receber o balanço correto, na redação do §3º, art. 43, da Lei nº 8.666/93, tal razão não lhe assistiria, haja vista que inclusão posterior de documentos por parte da própria autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida desde que seja necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

O §3º, art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, não veda qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. A dicção do dispositivo, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. A licitação ocorreu em fase posterior ao término do exercício social de 2022, estando de acordo com os índices exigidos no edital para considerar a recorrente habilitada.

Caso a diligência promovida pela pelo Pregoeiro resulte na produção de documento que materialize uma situação já existente ao tempo da sessão de apresentação dos envelopes, não há que se falar em ilegalidade ou irregularidade.

O que se deve buscar é a verdade real e não posicionamento meramente dogmático segundo o qual o que importa é se o licitante apresentou os documentos adequadamente, subtraindo-se o fato desse mesmo licitante reunir ou não as condições de contratar com a Administração ao tempo da realização do certame. (fonte de consulta <https://sollicita.com.br/Noticia>)

Cabe que seja observado, a fim de não se violar o princípio da legalidade, que de acordo com a Súmula nº 275 do TCU, para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração não pode exigir dos licitantes de forma cumulativa capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de execução de serviços, devendo ater-se a apenas um dos requisitos. A título de ilustração, transcrevemos o entendimento jurisprudencial:

“SÚMULA Nº 275

Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

Conclui-se, desta forma, que tendo o índice de liquidez igual ou maior que 1 e apresentando a garantia após a assinatura do contrato, como assim o fará, a recorrente encontra-se devidamente habilitada.

IV - CONCLUSÃO

Em tal cenário, tem-se que a desclassificação da proposta da Recorrente não se mostrou razoável, mormente por se tratar de um procedimento do tipo menor preço, no qual, segundo a melhor doutrina, o que “a Administração procura é simplesmente a vantagem econômica. Daí por que, nesse tipo, o fator decisivo é o menor preço, por mínima que seja a diferença” 1. Significa por outras palavras afirmar que o menor preço deve preponderar sobre eventuais irregularidades de feição meramente formal, sob pena de sacrifício da efetividade das licitações e do ideal de economicidade perseguido pelo Poder Público. *MEIRELLES, Hely L. Direito Administrativo Brasileiro, p. 290, Malheiros, São Paulo, 2002.*

É este o sentido da precisa síntese proposta por Maria Sylvia Di Pietro, segundo a qual o princípio do formalismo moderado nos processos administrativos se exprime na aplicação do “princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade em relação às formas” 2. Desse preceito de extração



GOLDEN RIO VIGILÂNCIA & SEGURANÇA

Rua Livio Barreto, 312, Tanque, Rio de Janeiro - RJ | CEP: 22730-065

Telefone: (21) 3281-8691 | Site: www.grupogoldenrio.com.br

E-mail: comercial@grupogoldenrio.com.br

Razão Social: GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

CNPJ: 20.175.026/0001-88 | Inscrição Municipal: 612.573-5

AUTORIZAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL:

- Vigilância Patrimonial, alvará 4.194, de 05/07/2022

- Segurança Pessoal Privada, alvará 4.194, de 05/07/2022

constitucional decorre, pois, a insubsistência da simplória alegação de que se tratava de uma previsão editalícia, porquanto não pode um excesso de formalismo na interpretação do instrumento convocatório suplantar os imperativos legais e constitucionais que regem os procedimentos licitatórios públicos. 2 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 513.

E mais.

A r. Pregoeira ao exigir o balanço patrimonial com índice de liquidez geral maior que 1, cumulativo com comprovação do capital de giro, 10% do patrimônio líquido e ainda, garantia contratual, violou frontalmente o disposto na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, como exposto acima.

V – DO PEDIDO

Assim, diante de tudo ora exposto, a recorrente GOLDEN RIO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA requer a r. Pregoeira que se digne de rever e reformar a decisão exarada, recebendo o balanço patrimonial correspondente ao exercício social de 2022 ou, alternativamente, que diligencie no sentido de buscar as informações referentes ao balanço nos órgãos oficiais, que cumpra o disposto na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, dando provimento ao presente recurso, com efeito, para que, reconhecendo-se o equívoco e ou a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte do Pregão, declarando-se a Recorrente habilitada para prosseguir no certame e como sendo a empresa que apresentou a melhor proposta para a execução dos serviços objeto do pregão presencial nº 44/2022, conforme consignado em Ata do dia 16/01/2023, de igual modo a considere vencedora do certame. Igualmente, lastreada nas razões recursais, requer-se que a ilustre Pregoeira na hipótese de não acolher o presente pedido, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nestes Termos P. Deferimento

Maricá/RJ, 24 de janeiro de 2023

GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA


BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade:	Golden Rio Vigilancia e Suranra Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	20.175.026/0001-88
Número de Ordem do Livro:	8		
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 4.786.502,80	R\$ 7.343.826,26
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 3.339.294,62	R\$ 5.884.162,18
DISPONIBILIDADES		R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
CAIXA		R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
Fundo Fixo de Caixa		R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Itau S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Santander		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Itaú C/C 26452-5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Banco Itaú C/C 31247-2		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		R\$ 2.945.380,38	R\$ 5.191.226,60
CLIENTES NACIONAIS		R\$ 304.484,94	R\$ 347.778,77
Clientes Diversos		R\$ 304.484,94	R\$ 347.778,77
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS		R\$ 21.429,69	R\$ 26.719,24
Banco Santander Aplicações		R\$ 20.320,14	R\$ 25.609,69
Aplic. Aut Mais Bco Itaú		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aplicação Financ CDB DI		R\$ 1.109,55	R\$ 1.109,55
ADIANTAMENTOS DIVERSOS		R\$ 475.535,03	R\$ 873.684,61
Adiantamentos de Salários a Empregados		R\$ 3.895,03	R\$ 1.680,06
Adiantamento Férias		R\$ 25.375,27	R\$ 6.689,82
Adt°. 13° salário		R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) AdtºLucros/Dividendos Sócio Felipe Gomes		R\$ (147.947,61)	R\$ 135.552,39
AdtºLucros/Dividendos Sócio Wilson Camara		R\$ 84.100,71	R\$ 83.700,71
AdtºLucros/Dividendos Sócio Rogerio Lira		R\$ 309.884,89	R\$ 309.884,89
AdtºLucros/Dividendos Sócio Rogerio Medei		R\$ 200.226,74	R\$ 200.226,74
C/C Golden Facilites		R\$ 0,00	R\$ 135.950,00
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A CONTRIBUIÇÕES A		R\$ 1.058.012,50	R\$ 948.799,41
PIS a Compensar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COFINS a Compensar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRPJ a Compensar		R\$ 293.781,32	R\$ 424.995,56
Contribuição Social a Compensar		R\$ 377.012,30	R\$ 523.803,85
ISS a Compensar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
INSS/FGTS a Compensar		R\$ 387.218,88	R\$ 0,00
EMPRÉSTIMOS		R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Emprestimo a Golden Facilities		R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 1.025.918,22	R\$ 2.934.244,57
Valores Bloqueados		R\$ 1.025.918,22	R\$ 2.934.244,57
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		R\$ 385.414,24	R\$ 684.435,58
ENCARGOS A APROPRIAR		R\$ 385.414,24	R\$ 684.435,58
Encargos s/Parcelamentos Financiamentos Diversos		R\$ 385.414,24	R\$ 684.435,58
ATIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 1.447.208,18	R\$ 1.459.664,08
IMOBILIZADO		R\$ 1.447.208,18	R\$ 1.459.664,08
BENS E DIREITOS EM USO		R\$ 1.260.769,01	R\$ 1.260.769,01
Máquinas Equipamentos e Instalações		R\$ 26.415,02	R\$ 26.415,02
Móveis e Utensílios		R\$ 6.587,60	R\$ 6.587,60
Imóveis		R\$ 323.000,00	R\$ 323.000,00
Veículos		R\$ 445.012,09	R\$ 445.012,09
Computadores e Periféricos		R\$ 33.334,30	R\$ 33.334,30
Benfeitorias em Imoveis de Terceiros		R\$ 26.420,00	R\$ 26.420,00
Terrenos		R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00
BENS EM CONSTRUÇÃO		R\$ 17.431,20	R\$ 17.431,20
Construção em Andamento		R\$ 17.431,20	R\$ 17.431,20
PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS		R\$ 343.371,17	R\$ 436.364,83
Consórcio		R\$ 343.371,17	R\$ 436.364,83
(-) (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		R\$ (174.363,20)	R\$ (254.900,96)
(-) (-) Deprec./Acumul. Máq.Equip.Instalações		R\$ (611,07)	R\$ (1.315,35)
(-) (-) Deprec./Acumul. Móveis e Utensílios		R\$ (871,16)	R\$ (1.242,68)
(-) (-) Deprec./Acumul. Imóveis		R\$ (17.413,28)	R\$ (30.333,20)
(-) (-) Deprec./Acumul. Veículos		R\$ (146.005,31)	R\$ (207.129,95)
(-) (-) Deprec./Acumul. Computadores e Perifé		R\$ (9.462,38)	R\$ (14.879,78)
PASSIVO		R\$ 4.786.502,80	R\$ 7.343.826,26
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 4.068.676,92	R\$ 4.638.187,76
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 50.816,76	R\$ 53.035,35
FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 50.816,76	R\$ 53.035,35
Fornecedores Diversos		R\$ 50.816,76	R\$ 53.035,35
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 878.800,78	R\$ 555.951,07
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		R\$ 878.800,78	R\$ 555.951,07
Empréstimos Bancários-Itau		R\$ 871.762,64	R\$ 518.868,88
Empréstimos Santander		R\$ 133,00	R\$ 37.082,19
Consórcio a Pagar		R\$ 6.905,14	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		R\$ 500.370,20	R\$ 813.844,89
FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPREGADOS		R\$ 426.522,31	R\$ 504.343,69
Salários a Pagar		R\$ 421.467,00	R\$ 472.396,00
Rescisões a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 27.547,28
13º. Salário a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensão Alimenticia a Pagar		R\$ 5.055,31	R\$ 4.400,41
FOLHA DE PAGAMENTO DE AUTÔNOMOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Rendimentos Autônômos a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIRIGENTES		R\$ 13.375,00	R\$ 24.361,00
Pro-Labore a Pagar		R\$ 13.375,00	R\$ 24.361,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		R\$ 60.472,89	R\$ 285.140,20
I.N.S.S. a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 60.558,65
F.G.T.S. a Pagar		R\$ 60.472,89	R\$ 221.706,55
GRRF a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 2.875,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 26.824,33	R\$ 63.286,80
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER		R\$ 18.563,84	R\$ 41.882,05
IRRF a Recolher - Pessoa Física		R\$ 37,86	R\$ 37,86
IRRF a Recolher - Pessoa Jurídica		R\$ 1.371,71	R\$ 2.966,92
ISS Retido a Recolher		R\$ 486,11	R\$ 517,47
IRRF à Recolher Empregados		R\$ 12.037,26	R\$ 28.464,41
Retenção Lei 10.833		R\$ 4.630,90	R\$ 9.895,39
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/LUCRO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRPJ a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contr Social s/Lucro Real a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS		R\$ 8.260,49	R\$ 21.404,75
COFINS a Pagar		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS a Pagar		R\$ 30,97	R\$ 30,97
ISS a Pagar		R\$ 8.229,52	R\$ 21.373,78
CONTAS A PAGAR		R\$ 2.611.864,85	R\$ 3.152.069,65
DEMAIS CONTAS A PAGAR		R\$ 2.611.864,85	R\$ 3.076.309,25
Serviços Prestados à Pagar		R\$ 116.312,31	R\$ 166.733,27
Provisões de Férias e Encargos		R\$ 1.172.810,58	R\$ 266.118,56
Provisão de 13ºSalários e Encargos		R\$ 178,50	R\$ 0,00
Adiantamento de Clientes		R\$ 27.556,20	R\$ 27.894,28
C/C Golden Serviços		R\$ 1.291.257,26	R\$ 2.063.319,66
Adm de Cartão de Credito		R\$ 0,00	R\$ 20.856,05
C/C Felipe Gomes Vilaça		R\$ 0,00	R\$ 527.637,43
Contas a Pagar Diversas		R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00
PARCELAMENTOS FEDERAIS		R\$ 0,00	R\$ 75.760,40
Parcelamento do Imposto S/Serviços		R\$ 0,00	R\$ 75.760,40
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ 2.030.131,98	R\$ 2.489.896,22
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 2.030.131,98	R\$ 2.489.896,22
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS		R\$ 2.030.131,98	R\$ 2.489.896,22
Financiamento do Imobilizado		R\$ 18.918,37	R\$ 18.918,37
Empréstimos e Financiamentos		R\$ 1.582.044,52	R\$ 2.093.455,46
Consórcio a Pagar		R\$ 429.169,09	R\$ 377.522,39
(-) PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ (1.312.306,10)	R\$ 215.742,28
CAPITAL		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Capital Social Integralizado		R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (1.612.306,10)	R\$ (1.612.306,10)
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ (1.394.244,99)	R\$ (1.612.306,10)
(-) Prejuízos Acumulados		R\$ (1.394.244,99)	R\$ (1.612.306,10)
(-) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ (218.061,11)	R\$ 0,00
(-) Resultado do Exercício		R\$ (218.061,11)	R\$ 0,00
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 1.528.048,38
RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ 1.528.048,38
Resultado do Exercício		R\$ 0,00	R\$ 1.528.048,38

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:

Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda

Período da Escrituração:

01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ:

20.175.026/0001-88

Número de Ordem do Livro:

8

Período Selecionado:

01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Resultado do Exercicio (Lucro ou Prejuizo líquido do exercício)		R\$ (218.061,11)	R\$ 1.528.048,38
RECEITAS		R\$ 28.600.579,84	R\$ 33.578.057,33
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 11.788.510,98	R\$ 13.503.906,33
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVICOS		R\$ 13.008.516,30	R\$ 14.785.616,77
RECEITAS COM SERVICOS		R\$ 13.008.516,30	R\$ 14.785.616,77
Servicos Prestados a Prazo		R\$ 13.008.516,30	R\$ 14.785.616,77
(-) DEDUCOES DAS RECEITAS C VENDAS E SERVICOS		R\$ (1.228.456,78)	R\$ (1.281.712,93)
(-) IMPOSTOS S VENDAS E SERVICOS		R\$ (1.228.456,78)	R\$ (1.281.712,93)
(-) PIS S Vendas e Servicos		R\$ (84.555,72)	R\$ (96.098,33)
(-) COFINS S Vendas e Servicos		R\$ (390.256,16)	R\$ (443.529,71)
(-) Contribuicao Social S Vendas e Servicos		R\$ (28.911,12)	R\$ (1.051,80)
(-) ISS S Servicos		R\$ (650.425,11)	R\$ (739.280,09)
(-) IRPJ s Vendas e Servicos		R\$ (74.308,67)	R\$ (1.753,00)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 8.451,46	R\$ 2,49
GANHOS COM APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 46,26	R\$ 2,46
Rendimentos de Aplicacao do FAF		R\$ 46,26	R\$ 2,46
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS		R\$ 8.405,20	R\$ 0,03
Juros Ativos		R\$ 0,00	R\$ 0,01
Descontos Obtidos		R\$ 8.405,20	R\$ 0,02
OUTRAS RECEITAS		R\$ 16.812.068,86	R\$ 20.074.151,00
REVERSAO DE PROVISOES		R\$ 16.812.068,86	R\$ 20.074.151,00
REVERSAO PROV. TRABALHISTAS E ENCARGOS		R\$ 16.812.068,86	R\$ 20.074.151,00
Reversao Prov Ferias e Encargos		R\$ 13.424.780,26	R\$ 16.328.950,38
Reversao Prov 13o Salarios e Encargos		R\$ 3.387.288,60	R\$ 3.745.200,62
(-) CUSTOS E DESPESAS		R\$ (28.818.640,95)	R\$ (32.050.008,95)
(-) DESPESAS		R\$ (28.818.640,95)	R\$ (32.050.008,95)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (28.355.102,35)	R\$ (31.436.437,01)
(-) DESPESAS TRABALHISTAS		R\$ (8.361.622,64)	R\$ (8.952.807,03)
(-) Salarios		R\$ (4.209.155,50)	R\$ (4.707.009,37)
(-) Pro-Labore		R\$ (17.600,00)	R\$ (14.544,00)
(-) Horas Extras		R\$ (62.667,89)	R\$ (73.752,10)
(-) Ferias		R\$ (508.398,21)	R\$ (427.985,07)
(-) 13.Salario		R\$ (383.407,49)	R\$ (419.468,38)
(-) Aviso Previo		R\$ (36.391,60)	R\$ (31.982,13)
(-) Gratificacoes		R\$ (22.084,49)	R\$ (3.889,53)
(-) Adicional Noturno		R\$ (255.497,06)	R\$ (296.534,81)
(-) Auxilio Refeicao		R\$ (1.055.394,27)	R\$ (1.039.363,04)
(-) Auxilio Transporte		R\$ (82.821,32)	R\$ (45.944,66)
(-) Exame Adminicional e Demicional		R\$ (4.985,00)	R\$ (14.751,97)
(-) Adicional de Periculosidade		R\$ (1.285.289,69)	R\$ (1.427.432,96)
(-) Repouso Remunerado		R\$ (49.634,79)	R\$ (50.159,39)
(-) Indenizacao Trabalhista		R\$ (17.000,00)	R\$ (53.930,38)
(-) Abono 1 3 Ferias		R\$ (147.215,02)	R\$ (139.104,05)
(-) Assistencia Medica		R\$ (68.456,96)	R\$ (56.759,31)
(-) Abono		R\$ (2.816,74)	R\$ (13.177,18)
(-) Trienio		R\$ (4.411,44)	R\$ (4.365,97)
(-) Honorario Autonomo		R\$ (148.395,17)	R\$ (132.652,73)
(-) ENCARGOS SOCIAIS		R\$ (1.769.131,40)	R\$ (2.075.587,51)
(-) I.N.S.S.		R\$ (1.153.335,43)	R\$ (1.448.078,04)
(-) F.G.T.S.		R\$ (531.908,29)	R\$ (587.859,70)
(-) Multa Rescisoria FGTS		R\$ (83.887,68)	R\$ (39.649,77)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (1.279.983,34)	R\$ (1.240.761,99)
(-) Aluguel e Taxas		R\$ (10.000,00)	R\$ (2.410,45)
Agua e Esgoto		R\$ (2.607,75)	R\$ 0,00
(-) Energia Eletrica		R\$ (22.576,86)	R\$ (19.679,78)
(-) Material de Limpeza		R\$ (3.697,21)	R\$ (3.398,40)
(-) Material de Escritorio		R\$ (20.859,84)	R\$ (5.264,21)
(-) Manutencao e Conservacao		R\$ (7.913,10)	R\$ (784,12)
(-) Combustiveis e Lubrificantes		R\$ (105.229,57)	R\$ (88.029,11)
(-) Sindicato Patronal Associacao de Classe		R\$ (72.549,81)	R\$ (55.076,41)
(-) Correios e Malotes		R\$ 0,00	R\$ (32,57)
(-) Depreciacoes e Amortizacoes		R\$ (78.267,08)	R\$ (80.537,76)
(-) Fretes e Carretos		R\$ (565,26)	R\$ (6,00)
(-) Material de Consumo		R\$ (4.899,73)	R\$ (4.537,07)
(-) Uniformes		R\$ (89.513,80)	R\$ (41.258,63)
Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica		R\$ (28.591,78)	R\$ 0,00
(-) Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		R\$ (545.411,48)	R\$ (519.132,38)
Feiras Congressos Simposios Cursos		R\$ (992,32)	R\$ 0,00
(-) Telefone		R\$ (14.677,35)	R\$ (11.578,89)
Bens de Pequeno Valor		R\$ (939,16)	R\$ 0,00
(-) Pedagogios		R\$ (17.436,14)	R\$ (13.703,41)
Contribuicoes e Doacoes		R\$ (1.092,00)	R\$ 0,00
(-) Locacoes Diversas		R\$ (85.005,31)	R\$ (98.802,11)
(-) Seguros		R\$ (41.413,95)	R\$ (30.318,02)
(-) Cartorio		R\$ (1.219,98)	R\$ (48,30)
(-) Internet		R\$ (5.269,64)	R\$ (4.439,78)
Taxa de Incendio		R\$ (167,04)	R\$ 0,00
Desp. Material de Informatica		R\$ (1.660,46)	R\$ 0,00
(-) Anuidade		R\$ 0,00	R\$ (20,50)
(-) Condominio		R\$ (11.359,49)	R\$ (9.447,14)
(-) Despesas c Cartao de Credito		R\$ (67.465,47)	R\$ (177.131,83)
(-) Despesa Judicial		R\$ 0,00	R\$ (223,30)
(-) Despesas Diversas		R\$ (38.601,76)	R\$ (74.901,82)
(-) DESPESAS PROV.TRABALHISTAS		R\$ (16.944.364,97)	R\$ (19.167.280,48)
(-) Provisao Ferias e Encargos Sociais		R\$ (13.556.897,87)	R\$ (15.422.258,36)
(-) Provisao 13oSalarios e Encargos		R\$ (3.387.467,10)	R\$ (3.745.022,12)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS		R\$ (386.136,40)	R\$ (567.111,49)
(-) DESPESAS COM ATUALIZACOES		R\$ 0,00	R\$ (5.461,08)
(-) Variacao Monetaria Passiva		R\$ 0,00	R\$ (5.461,08)
(-) JUROS E DESCONTOS		R\$ (363.552,11)	R\$ (541.238,40)
(-) Juros		R\$ (360.139,40)	R\$ (523.083,49)
(-) Descontos Concedidos		R\$ (50,99)	R\$ (223,66)
(-) Multas		R\$ (2.827,49)	R\$ (16.785,34)
(-) Taxas e Tarifas Diversas		R\$ (534,23)	R\$ (1.145,91)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (22.584,29)	R\$ (20.412,01)
(-) Despesas Bancarias		R\$ (22.584,29)	R\$ (20.412,01)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTARIAS		R\$ (77.402,20)	R\$ (46.460,45)
(-) IMPOSTOS		R\$ (72.852,85)	R\$ (46.460,45)
(-) IOF		R\$ (6.873,20)	R\$ (19.898,05)
IPTU		R\$ (1.638,00)	R\$ 0,00
(-) IPVA		R\$ (8.482,08)	R\$ (8.725,87)
(-) Contribuicoes e Impostos Diversos		R\$ (55.859,57)	R\$ (17.836,53)
MULTAS		R\$ (4.549,35)	R\$ 0,00
Multas Fiscais Punitivas		R\$ (4.549,35)	R\$ 0,00

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade:	Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	20.175.026/0001-88
Número de Ordem do Livro:	8		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda
NIRE	
CNPJ	20.175.026/0001-88
Número de Ordem	8
Natureza do Livro	REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO
Município	RIO DE JANEIRO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/03/2014
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	18240

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda
Natureza do Livro	REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO
Número de ordem	8
Quantidade total de linhas do arquivo digital	18240
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	20.175.026/0001-88	
NOME EMPRESARIAL Golden Rio Vigilancia e Seguranca Ltda		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO	NÚMERO DO LIVRO 8
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 4C.96.84.2D.EE.ED.03.F8.E2.D1.92.8F.CE.AD.98.F3.93.66.DE.4F	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contabilista	23895241768	LUIZ CARLOS ESCOBAR CALVENTE:2389524176	642030495164804794 375314581747895169 75	22/01/2021 a 22/01/2024	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	20175026000188	GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA:20175026000188	915520861285340940 1	25/04/2022 a 25/04/2023	Sim

NÚMERO DO RECIBO:
4C.96.84.2D.EE.ED.03.F8.E2.D1.92.8F.
CE.AD.98.F3.93.66.DE.4F-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/01/2023 às 19:10:38

8D.A8.C4.24.71.FF.13.8B
60.13.D3.4C.79.63.10.E2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.


GOLDEN RIO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA

CNPJ-MF: 20.175.026/0001-88

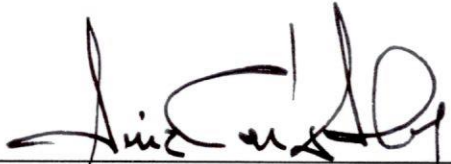
REFERENTE AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ÍNDICES FINANCEIROS

		FÓRMULA	ÍNDICE
1.	LIQUIDEZ GERAL		
	$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$	$\frac{5.884.162,18 + 1.459.664,08}{4.638.187,76 + 2.489.896,22}$	1,0302



Felipe Gomes Vilaça
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF-MF: 101.084.197-11



Luiz Carlos Escobar Calvente
CONTADOR CRC-RJ: 33669/O-3
CPF-MF: 238.952.417-68